



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 78/2024
PROCESSO LICITATÓRIO REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
MODO DE DISPUTA: ABERTO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃOS REQUISITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 02/07/2024 às 17h00min.
ABERTURA DA SESSÃO: 18/07/2024 às 09h00min
ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 18/07/2024 às 09h01min

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS.

1-Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Pouso Alegre, por meio da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, sediada na Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, nº 230, Bairro Mirante do Paraíso, na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37560-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO para registro de preços, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto 5.773 de 07 de dezembro de 2023 e demais legislações pertinentes estabelecidas neste Edital.

2 – O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre (MG), através do endereço eletrônico www.pousoalegre.mg.gov.br e na Plataforma de Licitações Portal de Compras Públicas, através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

3 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, bem como, no site da Prefeitura Municipal <https://pousoalegre.mg.gov.br/>.

4 - A Administração não se responsabilizará caso o pretense licitante não visualize a alteração nos Sites supracitados, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

5 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Rodrigo Rodrigues Pereira, Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, integrada por: Ana Carolina Boschi Santana, Camila Leal Franco, Mariles Maria Tavares e Valmir Olivato, designados através da portaria nº 03 de 07 (sete) de fevereiro de 2024.

6 - Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como, a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos termos e horários.

7 - O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
601	MANTER O ÓRGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE.	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0122.0002.2102.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO





653	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0301.0002.2157.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO
1290	GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO ESTADUAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1621000000 0	MATERIAL DE CONSUMO
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO FEDERAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1600000000 0	MATERIAL DE CONSUMO

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS PÚBLICAS

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar credenciados junto ao Portal Compras Públicas, provedores do sistema eletrônico.

3.2. Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, conforme instruções nele contidas e ainda, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: licitapamg@gmail.com.

3.3. O Município de Pouso Alegre não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser este procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal Compras Público, provedor do sistema eletrônico.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração





Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5.2. Em relação aos itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205 e 206 este pregão destina-se exclusivamente às empresas que se enquadram na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, e, ainda, as sociedades corporativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II, do caput, do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, nos termos do art. 34 da Lei 11.488/2007.

4.5.3. Por outro lado, os itens 02, 21, 123 e 139 serão destinados à ampla competição, nos termos do supracitado dispositivo legal.

4.6. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.





- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.13. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU.

5. DO CONSÓRCIO

- 5.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:
- 5.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 5.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 5.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- 5.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;
- 5.5.1. Haverá um acréscimo de 10 % sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.
- 5.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;
- 5.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;
- 5.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;
- 5.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;
- 5.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme regulado pelo artigo 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de



Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

6.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

6.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

6.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

6.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. Declaração de que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme dispõe o art. 116 da Lei n. 14.133/2021 e os arts. 51 e 53 do Decreto Federal nº 9.579/2018.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





- 7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;
- 7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, quando estes forem solicitados que sejam anexados antes da sessão pública.
- 7.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.10. A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, descrições que identifiquem a licitante, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- 7.11 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 7.12 A proposta deverá ser apresentada de acordo com:
- 7.12.1 A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes no presente Edital;
- 7.12.2 O preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;
- 7.12.3 O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro;
- 7.13 O número do item ofertado deverá corresponder com suas respectivas quantidades;
- 7.14 Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário;
- 7.15 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital;
- 7.16 É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.
- 7.17 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**
- 8.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12. Nesta licitação para envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes,





procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.20.2.2. Empresas brasileiras;

8.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.21.1. Negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





8.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro com auxílio da área técnica examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital, observado o disposto no artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser estabelecido, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente o catálogo e/ou amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local e prazo a ser indicado.

9.4.3.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.4.3.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.4.3.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.





9.7. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. DAS AMOSTRAS:

9.1. . A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, sob pena de desclassificação, catálogos, folder, fichas técnicas e informações complementares dos produtos, logo depois de encerrada a fase de lances, e anteriormente à fase de habilitação, via sistema eletrônico, contendo todas as informações deste, para ser avaliada pelos servidores indicados pela Secretaria requisitante, visando analisar a compatibilidade com as especificações técnicas do Termo de Referência e demais normas aplicáveis, caso não seja suficiente será solicitado a apresentação de amostra física do produto.

9.2 As proponentes licitantes classificadas em primeiro lugar que apresentarem a proposta com as “marcas sugeridas” e fichas técnicas e informações complementares dos produtos, em consonância com o artigo 41 da lei federal nº 14.133 de 2021 para os itens 05/ 10 / 11 / 12 / 13/ 14 / 18/106 / 107 / 109 / 110 / 112/ 142 / 143 / 144 / 145 / 150 /152/162 /177 / 178 / 179 / 180 / 181 / 182 / 183 / 184 / 185 / 186 / 190 e 203 já serão APROVADAS, dispensando-se assim a necessidade do parecer técnico.

9.3. Das avaliações/análises acima mencionadas será emitido parecer ou constará que:

a) Aprovado

b) Reprovado

9.3 Caso necessário das amostras físicas de cada produto aprovado, será mantido em posse da Secretaria requisitante para aferição pela fiscalização da compatibilidade deste com os produtos efetivamente entregues.

9.4 DOS DEMAIS REQUISITOS A SEREM ENTREGUES JUNTAMENTE COM OS CATÁLOGOS.

9.4.1. Autorização de Funcionamento (AFE), conforme a Lei nº 6.437 /1977.

9.4.2. A autorização de Funcionamento (AFE) solicitada acima deverá ser apresentada para os produtos tanto quanto do fornecedor e do distribuidor.

9.4.3 Para produtos enquadrados na classe I e II de acordo com a RESOLUÇÃO-RDC Nº. 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 estão isentos de Registro no Ministério da Saúde e deverá ser apresentada junto com as amostras a cópia do Certificado de Isenção ou cópia da publicação da isenção do Registro junto a ANVISA.

9.4.4 No caso de produtos importados, o proponente licitante classificado em 1º (primeiro) lugar, deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, bem como laudo de análise do (s) lote (s) a ser fornecido (s) no Brasil;

9.4.5 Tais exigências na etapa de análise e julgamento das propostas convergem com o entendimento jurisprudencial (recente Acórdão nº 966/2022 – Plenário – TCU).

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta reformulada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2h00 (duas horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.





10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final será ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12 da Lei nº 14.133/2021).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

11.1.2. Caso conste na Consulta de *Situação do Fornecedor* a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



11.1.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo a ser pré-estabelecido, sob pena de inabilitação.

11.1.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.1.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.1.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.1.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.1.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.1.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.1.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.1.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **Ato constitutivo** e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo **Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI**.

11.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.
- f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.
- g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.
- h) **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- I) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação do Pregoeiro para apresentação**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;
- II) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- 11.3.1. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 90 (noventa) dias** da data de sua expedição.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- a) **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- b) Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:
- b.1) Apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 14.133/2021; ou
- b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando a entrega dos produtos/objetos ou a prestação de serviço objeto desta licitação ou similares. (conforme Art. 67, § 3º da Lei 14.133/2021).

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4.2. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico em que estará sendo realizada a sessão.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA

15.1. Garantia do objeto conforme Termo de Referência e/ou legislação vigente.





16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, Conforme art. 19, § 1º, do Decreto nº 11.462/23, desde que:

16.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

16.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5. Conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 11.462/23, o preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6. Conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DOS PREÇOS, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

17.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

17.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

17.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 21/06/2024.

17.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



17.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

17.5. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

17.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

17.7. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação (quando for o caso).

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

17.9. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

17.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.12. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

17.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

17.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

17.15. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

17.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente.

17.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

17.18. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

17.19. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela contratada.



18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do presente edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO

20.1. São aplicáveis as sanções previstas no neste edital.

20.2. A rescisão contratual dar-se-á nos casos e termos previstos nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

21.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

21.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

21.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

21.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

21.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

21.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

23. DOS PRAZOS

23.1. Os prazos dar-se-ão conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.



24. DO LOCAL DE ENTREGA

24.1. O local de entrega será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

25. MODALIDADE

25.1. A modalidade será conforme descrito no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11. Consultas ao Edital e demais informações relativas a este Pregão, poderão ser realizadas por meio dos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://pousoalegre.mg.gov.br/>, e ainda junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023.

26.12. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

26.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;**

Pouso Alegre/MG, 25 de junho de 2024



10
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/07/2024 14:49:03:00-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://ic.atende.net/tp668422774bc25>.
POR ROSALY ESTHER VILAS BOAS MATTOZO - (***) 041.736-*** EM 02/07/2024 14:49





**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1.1 DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS

1.2 DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Aquisição de materiais de consumo odontológicos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	AGUA OXIGENADA DE 10 VOLUMES; ANTISSEPTICOS PARA USO EM FERIDAS E COMO REMOVEDOR DE TECIDOS MORTOS, SEM CONSERVANTES, PRINCIPIO ATIVO: PEROXIDO DE HIDROGENIO 3% - FRASCO CONTENDO 01 LITRO.	FRASCO	150
02	AGUA DESTILADA QUIMICAMENTE PURA E ISENTA DE SAIS SOLÚVEIS PARA UTILIZAÇÃO EM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO: FRASCO/GALÃO 1 LITRO DEVIDAMENTE ENVASADO E LACRADO CONFORME AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES E BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO.	FRASCO	8400
03	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL DE BORRACHA AUTOCLAVÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	80
04	ABRIDOR DE BOCA ADULTO DE BORRACHA AUTOCLAVÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	80
05	ADESIVO PARA RESINA; ADESIVO UNIVERSAL, DE FRASCO ÚNICO CONTENDO 05 ML, FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA ESMALTE, DENTINA E OUTROS SUBSTRATOS COMO O IONÔMERO DE VIDRO, METAL, ALUMINA, ZIRCÔNIA E CERÂMICA VÍTREA JÁ QUE ATUA COMO PRIMER METÁLICO E TAMBÉM COMO SILANO PARA RESTAURAÇÕES INDIRETAS, POIS CONTÉM MDP E SILANO EM SUA COMPOSIÇÃO; POSSUI TAMBÉM EM SUA COMPOSIÇÃO ÁGUA E ETANOL, BIS-GMA, COPOLÍMERO DE ÁCIDO ACRÍLICO E ÁCIDO ITACÔNICO. APRESENTAÇÃO - CAIXA COM UM FRASCO CONTENDO 3 A 5 ML DE ADESIVO. MARCAS SUGERIDAS: FGM, 3M, YLLER. OU SIMILAR	CAIXA	150
06	AGULHA DESCARTÁVEL LONGA ESTERILIZADA GENGIVAL 27 G; DIÂMETRO INTERNO 43% MAIOR 35 MM; AÇO INOX TRIBISELADA, USO ÚNICO, COM INDICADOR DE BISEL; PRODUTO ATÓXICO, CONTEÚDO ESTÉRIL E APIROGÊNICO - CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	12
07	AGULHA GENGIVAL CURTA 30 G DESCARTÁVEL AÇO INOX 304 E POLIPROPILENO; PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO, USO ÚNICO; CÂNULAS SILICONIZADAS, COM INDICADOR DE BISEL; PRODUTO ATÓXICO, CONTEÚDO ESTÉRIL E APIROGÊNICO. AGULHA 30 G CURTA 0,3 X 25 MM - CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	CAIXA	300
08	ALGODÃO EM ROLETES, MACIO E COM MÁXIMO PODER DE ABSORÇÃO - PACOTE CONTENDO 100 ROLETES DENTAIIS.	PACOTE	1.000
09	ALGODÃO HIDRÓFILO, MACIO E COM MÁXIMO PODER DE ABSORÇÃO- PACOTE COM 500 GRAMAS.	PACOTE	800





10	ANESTÉSICO 2% INJETÁVEL - CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA E DE FENILEFRINA, COM VASO CONSTRITOR, USO ODONTOLÓGICO, CAIXA CONTENDO 50 TUBETES DE PLÁSTICO 1,8 ML. MARCAS SUGERIDAS: S.S. WHITE – ALPHACAINE 100 OU SIMILAR	CAIXA	300
11	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL, CONTENDO LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000; TUBETE DE VIDRO DE 1,8 ML CADA. – CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. MARCAS SUGERIDAS: S.S.WHITE – ALPHACAINE 100 OU SIMILAR	CAIXA	200
12	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL CONTENDO CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRITOR, USO ODONTOLÓGICO. TUBETES EM VIDRO COM 1,8 ML - EMBALADOS EM BLISTER, CONTENDO 50 UNIDADES NA CAIXA. MARCAS SUGERIDAS: S.S.WHITE – ALPHACAINE 100 OU SIMILAR	CAIXA	100
13	ANESTÉSICO 3% INJETÁVEL – CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA A 30 MG/ML COM FELIPRESSINA 0,03 U.I./M; COM VASO CONSTRITOR, USO ODONTOLÓGICO - CAIXA CONTENDO 50 TUBETES DE 1,8 ML. MARCAS SUGERIDAS: S.S.WHITE – ALPHACAINE 100 OU SIMILAR	CAIXA	150
14	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 - CAIXA CONTENDO 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8 ML CADA. MARCAS SUGERIDAS: S.S.WHITE – ALPHACAINE 100 OU SIMILAR	CAIXA	200
15	ANESTÉSICO EM GEL PARA USO TÓPICO SOBRE A MUCOSA, BENZOCAÍNA, SABOR MORANGO OU TUTTI FRUTTI - FRASCO CONTENDO 12 GR.	UNIDADE	300
16	ANTISSÉPTICO BUCAL, COMPOSIÇÃO: TIMOL 0,064%, EUCALIPTOL 0,092%, SALICILATO DE METILA 0,060% E MENTOL 0,042% - FRASCO CONTENDO 250 ML.	FRASCO	100
17	ARCO OSTBY DOBRÁVEL ADULTO, AUTOCLAVÁVEL, CARACTERÍSTICAS: UTILIZADO PARA APOIO DO LE4NÇOL DE BORRACHA, PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO DO DENTE – PACOTE CONTENDO UMA UNIDADE.	PACOTE	60
18	ATAQUE ÁCIDO - ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%, GEL, ESPESANTE, CORANTE E ÁGUA DEIONIZADA, COM CLOREXIDINA A 2% - PACOTE COM 03 SERINGAS DE 2,5 ML. MARCA SUGERIDA: FGM OU SIMILAR	PACOTE	250
19	AVENTAL DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICO ADULTO, AVENTAL PLUMBIFERO ADULTO COM PROTETOR DE TIREÓIDE ODONTOLÓGICO, TAMANHO: 76 X 60 CM E COM 0,25 MM DE CHUMBO (PB), ACABAMENTO EM NYLON LAVÁVEL, COM PROTETOR DE TIREÓIDE, FECHAMENTO COM VELCRO. GARANTIA DE CINCO ANOS – UNIDADE	UNIDADE	05
20	AVENTAL DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICO INFANTIL, AVENTAL PLUMBIFERO INFANTIL COM PROTETOR DE TIREÓIDE ODONTOLÓGICO, TAMANHO: 60 X 46 CM E COM 0,25 MM DE CHUMBO (PB), ACABAMENTO EM NYLON LAVÁVEL, COM PROTETOR DE TIREÓIDE, FECHAMENTO COM VELCRO. GARANTIA DE CINCO ANOS – UNIDADE	UNIDADE	02





21	AVENTAL DESCARTÁVEL TAMANHO G - AVENTAL CIRÚRGICO NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO, 100% PROPILENO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 50G/M ² , COM MANGAS LONGAS, CONFECCIONADO COM ELÁSTICO NOS PUNHOS, TENDO A JUNÇÃO LONGITUDINAL FEITA ATRAVÉS DE SOLDA ULTRASSÔNICA, FECHAMENTO NAS COSTAS, AJUSTÁVEL. MATERIAL DE BOA QUALIDADE, ATÓXICO, HIDRO/HEMORREPELENTE, HIPOALERGÊNICO, COM BAIXO DESPRENDIMENTO DE PARTÍCULAS E RESISTENTE, COM BARREIRA ANTIMICROBIANA EFETIVA (APRESENTAR TESTE DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIOLÓGICA - BFE). EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE ROTULAGEM CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001. APRESENTAR CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE	2000
22	BANDEJA COM SEPARAÇÃO DE INOX TAMANHO 22 X 17 X 1,5 CM - UNIDADE.	UNIDADE	50
23	BICARBONATO DE SÓDIO: PERMITE ÓTIMA PROFILAXIA ORAL COM REMOÇÃO DA PLACA BACTERIANA. GRADUAÇÃO EXTRAFINA, QUE PROPORCIONA JATEAMENTO AMPLO, LIVRE E CONTÍNUO. NÃO CAUSA DANOS AO ESMALTE E GENGIVA. GRAU DE PUREZA DE 99,9 %. REGISTRO NA ANVISA - FRASCO CONTENDO 500 GRAMAS	FRASCO	60
24	BROCA BATT Nº 14 HL (HASTE LONGA), CÔNICA PARA ENDODONTIA - UNIDADE.	UNIDADE	30
25	BROCA BATT Nº 16 HL (HASTE LONGA) CÔNICA PARA ENDODONTIA - UNIDADE.	UNIDADE	60
26	BROCA CARBIDE BURS CA ½ ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
27	BROCA CARBIDE BURS AR FG ½ ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
28	BROCA CARBIDE BURS AR FG 02 CURTA, ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
29	BROCA CARBIDE BURS AR FG 02 HL (HASTE LONGA), ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
30	BROCA CARBIDE BURS AR FG 04 CURTA, ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
31	BROCA CARBIDE BURS AR FG 04 HL (HASTE LONGA) ESFÉRICA CIRÚRGICA - UNIDADE.	UNIDADE	100
32	BROCA CARBIDE BURS AR FG 245 CILÍNDRICA ARREDONDADA - UNIDADE.	UNIDADE	100
33	BROCA CARBIDE BURS AR FG 329 PERIFORME - UNIDADE.	UNIDADE	100
34	BROCA CARBIDE BURS AR FG 330 PERIFORME - UNIDADE.	UNIDADE	100
35	BROCA CARBIDE BURS AR Nº 702 HL CIRURGICA (HASTE LONGA), COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
36	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 0001 - UNIDADE.	UNIDADE	50
37	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 0002 - UNIDADE.	UNIDADE	50



38	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 0004 - UNIDADE.	UNIDADE	50
39	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 0006 – UNIDADE	UNIDADE	50
40	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 006 HL (HASTE LONGA) DE 28 MM – UNIDADE.	UNIDADE	80
41	BROCA DE AÇO CA 1ª SÉRIE Nº 0008 - UNIDADE.	UNIDADE	50
42	BROCA ENDO Z CIRÚRGICA, CARBIDE CÔNICA, PARA ALTA ROTAÇÃO, PARTE ATIVA FABRICADA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO – UNIDADE.	UNIDADE	100
43	BROCA ZECRYA DE 25 MM, CIRÚRGICA CÔNICA, PARA ALTA ROTAÇÃO – UNIDADE.	UNIDADE	100
44	BROCA LENTULO AÇO INOX 25-40 DE 25 MM, FABRICADA EM AÇO INOX, FORMATO ESPIRAL, COM 21 CM DE COMPRIMENTO, TAMANHO 25-40 – EMBALADO EM BLISTER CONTENDO 04 UNIDADES.	BLISTER	50
45	BROCA LENTULO AÇO INOX 25-40 DE 21 MM, FABRICADA EM AÇO INOX, FORMATO ESPIRAL, COM 21 CM DE COMPRIMENTO, TAMANHO 25-40 - EMBALADO EM BLISTER CONTENDO 04 UNIDADES.	BLISTER	50
46	BROCA SHOFFU PARA ACABAMENTO FINO DE ESMALTE COMPÓSITO E PORCELANA; TIPO CHAMA – UNIDADE.	UNIDADE	150
47	BROCA SHOFFU PARA ACABAMENTO FINO DE ESMALTE COMPÓSITO E PORCELANA; TIPO PÊRA – UNIDADE.	UNIDADE	100
48	BROCA SHOFFU PARA ACABAMENTO FINO DE ESMALTE COMPÓSITO E PORCELANA; TIPO ESFÉRICA – UNIDADE.	UNIDADE	100
49	BROCA P. DIAMANTADA AR 1011 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
50	BROCA P. DIAMANTADA AR 1011 HL ESFÉRICA, (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50
51	BROCA P. DIAMANTADA AR 1012 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
52	BROCA P. DIAMANTADA AR 1012 HL ESFÉRICA (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL – UNIDADE	UNIDADE	150
53	BROCA P. DIAMANTADA AR 1013 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
54	BROCA P. DIAMANTADA AR 1014 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
55	BROCA P. DIAMANTADA AR 1014 HL ESFÉRICA (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150





56	BROCA P. DIAMANTADA AR 1015 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL, UNIDADE.	UNIDADE	150
57	BROCA P. DIAMANTADA AR 1015 HL ESFÉRICA (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL, UNIDADE.	UNIDADE	120
58	BROCA PONTA DIAMANTADA AR 1016, ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
59	BROCA P. DIAMANTADA AR 1016 HL, ESFÉRICA (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
60	BROCA P. DIAMANTADA AR 1019 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
61	BROCA P. DIAMANTADA AR 1019 HL ESFÉRICA (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
62	BROCA P. DIAMANTADA AR 1023 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL, -UNIDADE.	UNIDADE	150
63	BROCA P. DIAMANTADA AR 1032 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
64	BROCA P. DIAMANTADA AR 1033 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
65	BROCA P. DIAMANTADA AR 1034 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
66	BROCA P. DIAMANTADA AR 1045 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
67	BROCA P. DIAMANTADA AR 1047 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
68	BROCA P. DIAMANTADA AR 1093 CILÍNDRICA TOPO PLANO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
69	BROCA P. DIAMANTADA AR 1093 F ACABAMENTO FINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
70	BROCA P. DIAMANTADA AR 1093 FF ACABAMENTO ULTRAFINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
71	BROCA P. DIAMANTADA AR 1094 CILÍNDRICA PLANA,	UNIDADE	150





	EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.		
72	BROCA P. DIAMANTADA AR 1112 CÔNICA CHAMA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
73	BROCA P. DIAMANTADA AR 1190 CÔNICA CHAMA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA, COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
74	BROCA P. DIAMANTADA AR 1190 F ACABAMENTO FINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
75	BROCA P. DIAMANTADA AR 1190 FF ACABAMENTO ULTRAFINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
76	BROCA P. DIAMANTADA AR 1302 ESFÉRICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
77	BROCA P. DIAMANTADA AR 1312 CÔNICA INVERTIDA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
78	BROCA P. DIAMANTADA AR 2135 CÔNICA TOPO ARREDONDADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
79	BROCA P. DIAMANTADA AR 2200 PONTA DE LÁPIS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
80	BROCA P. DIAMANTADA AR 3017 HL ESFÉRICA. (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
81	BROCA P. DIAMANTADA AR 3018 CÔNICA ARREDONDADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
82	BROCA P. DIAMANTADA AR 3018 HL CÔNICA ARREDONDADA, (HASTE LONGA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	60
83	BROCA P. DIAMANTADA AR 3071 CÔNICA PLANA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
84	BROCA P. DIAMANTADA AR 3083 CÔNICA PLANA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
85	BROCA P. DIAMANTADA AR 3098 CILÍNDRICA PLANA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001,	UNIDADE	100





	COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.		
86	BROCA P. DIAMANTADA AR 3118 CHAMA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
87	BROCA P. DIAMANTADA AR 3118 F ACABAMENTO FINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
88	BROCA P. DIAMANTADA AR 3118 FF ACABAMENTO ULTRAFINO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
89	BROCA P. DIAMANTADA AR 3122 CILÍNDRICA CÔNICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
90	BROCA P. DIAMANTADA AR 3138 F ACABAMENTO FINO EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
91	BROCA P. DIAMANTADA AR 3168 CHAMA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
92	BROCA P. DIAMANTADA AR 3168 FF ACABAMENTO ULTRAFINO EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
93	BROCA P. DIAMANTADA AR 3195 PONTA DE LÁPIS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
94	BROCA P. DIAMANTADA AR 3195 F ACABAMENTO FINO EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	150
95	BROCA P. DIAMANTADA AR 4138 CÔNICA TOPO ARREDONDADO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
96	BROCA CARBIDE BURS 2 HLF, BROCA COM ASTE LONGA E DE ALTA ROTAÇÃO. IDEAL PARA O PREPARO CAVIÁRIO E POLIMENTO E ACABAMENTO DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. PONTA COM PERFEITA TOLERÂNCIA DA ASTE, ALTA DURABILIDADE, EXCELENTE DESEMPENHO E ALTA PRECISÃO DE CORTE. ESTERILIZÁVEL, FÁCIL ENCAIXE. ASTE EM AÇO INOXIDÁVEL E PARTE ATIVA EM CARBETO DE TUNGSTÊNIO, PARTE ATIVA LAMINADA – UNIDADE.	UNIDADE	50
97	BROCA CARBIDE BURS AR-1/4, COMPOSIÇÃO: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL – UNIDADE.	UNIDADE	50
98	BROCA P. DIAMANTADA CA 01 CÔNICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50
99	BROCA P. DIAMANTADA CA 02 CÔNICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50
100	BROCA P. DIAMANTADA CA 05 CÔNICA, ARREDONDADA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50





101	BROCA P. DIAMANTADA CA 34 CÔNICA INVERTIDA , DE BAIXA ROTAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA COM ISO 9001, COMPOSIÇÃO: DIAMANTES E AÇO INOXIDÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50
102	BROCA GATES GLIDEN Nº 2 HL (HASTE LONGA), PARA ENDODONTIA – UNIDADE.	UNIDADE	50
103	BROCA GATES GLIDEN Nº 3 HL (HASTE LONGA), PARA ENDODONTIA – UNIDADE.	UNIDADE	50
104	BROCA GATES GLIDEN Nº 4 HL (HASTE LONGA), PARA ENDODONTIA – UNIDADE.	UNIDADE	50
105	CIMENTO A BASE DE OXIFOSFATO DE ZINCO PÓ E LIQUÍDO. PRODUTO A BASE DE OXISFOSFATO DE ZINCO, COM ALTA RESISTENCIA A COMPRESSAO, ASSOCIADA A ÓTIMO ESCOAMENTO DO ASSENTAMENTO DA RESTAURAÇÃO DA CAVIDADE. PARA CIMENTAÇÃO DE PEÇAS PROTÉTICAS - CAIXA CONTENDO UM KIT: SENDO 28 GRAMAS DE PÓ E OUTRO COM 10 ML DE LIQUÍDO. MARCAS SUGERIDAS:S.S.WHITE – MAQUIRA - LS OU SIMILAR	CAIXA	50
106	CIMENTO CIRÚRGICO SEM EUGENOL, PARA PERIODONTIA, COMPOSIÇÃO DA PASTA BÁSICA: ÁCIDO GRAXOS, RESINA NATURAL, RESINA SINTÉTICA, ÓLEO MINERAL, TIMOL, CERA NATURAL. COMPOSIÇÃO DA PASTA ACELERADORA: ÓLEO MINERAL, ÓLEO VEGETAL, ÓXIDO DE ZINCO, ÓXIDO DE MAGNÉSICO, PIGMENTO DE ÓXIDO DE FERRO, TIMOL, BHT – CAIXA CONTENDO DUAS BISNAGAS DE BASE + CATALIZADOR. MARCAS SUGERIDAS: PERICEM – MAQUIRA - TECHNEW OU SIMILAR	CAIXA	20
107	CIMENTO EM PASTA DE OBTURAÇÃO ENDODONTICA, DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO SEM EUGENOL, UTILIZADA NOS DENTES PREMATUROS, NOS FALSOS CANAIS, NA PERFURAÇÃO DE ÁPICES; COLOCADO COMO MATERIAL DE ENCHIMENTO, INDUZ A FORMAÇÃO DOS TECIDOS DUROS - CAIXA CONTENDO 2 TUBOS DE 12 GR (BASE + CATALISADOR). MARCAS SUGERIDAS:SEALAPEX/KEER – DYCAL- DENTSPLAY-MAQUIRA OU SIMILAR	CAIXA	20
108	CIMENTO ODONTOLÓGICO PROVISÓRIO EM PÓ – FRASCO CONTENDO 50 GR. ENDURECE EM 5 A 8 MINUTOS; TEM RESISTENCIA AO ATRITO, ADERE ÀS PAREDES DA CAVIDADE, FRACA SOLUBILIDADE, NÃO PRODUZ CALOR AO ENDURECER E É DE FÁCIL REMOÇÃO. (MESMA MARCA DO LÍQUIDO) – MARCA SUGERIDA:TEMP BOND NE/KEER- VIGODENT – TECHNEW – MAQUIRA – PULPO SAN OU SIMILAR	FRASCO	120
109	CIMENTO ODONTOLÓGICO PROVISÓRIO LÍQUIDO – FRASCO CONTENDO 20 ML. ENDURECE EM 5 A 8 MINUTOS, TEM RESISTENCIA AO ATRITO, ADERE ÀS PAREDES DA CAVIDADE, FRACA SOLUBILIDADE, NÃO PRODUZ CALOR AO ENDURECER E É DE FÁCIL REMOÇÃO. (MESMA MARCA DO PÓ). MARCA SUGERIDA: TEMP BOND NE/KEER- VIGODENT – TECHNEW – MAQUIRA – PULPO SAN OU SIMILAR	FRASCO	120
110	CIMENTO RESINOSO DUAL INDICADO PARA USO EM CIMENTAÇÃO DEFINITIVA DE CÔROAS E PONTES DE PORCELANA, OU RESINA COMPOSTA E PINOS RADICULARES DE FIBRA DE VIDRO. – CAIXA CONTENDO UM KIT COM 5 G (CORPO DUPLO 2,5 G DE BASE + 2,5 G DE CATALIZADOR)	CAIXA	10
111	CIMENTO RESINOSO DUAL À BASE DE RESINA EPÓXICA PARA OBTURAÇÃO ENDODÔNTICA EM APRESENTAÇÃO PASTA + PASTA. ALTA RADIOPACIDADE (13.6AL): EXCELENTE VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS EM RAIOS X. BIOCOMPATIBILIDADE; BIOLÓGICAMENTE INERTE. APRESENTA MODERADA	CAIXA	30



	PROPRIEDADE ANTIMICROBIANA – MARCA SUGERIDA: MAQUIRA – VIGODENT – FGM OU SIMILAR.		
112	CIMENTO BIOCERAMICO OBTURADOR, UTILIZADO EM OBTURAÇÕES ENDODONTICAS SEM GUTA PERCHA OU UTILIZANDO CONE ÚNICO; PLUG APICAL; RETROBTURAÇÃO; TRATAMENTO DE REABSORÇÃO INTERNA E EXTERNA; TRATAMENTO DE TRINCAS RADICULARES; PROTEÇÃO PULPAR DIRETA E INDIRETA. TEMPO DE PRESA LENTA (INICIAL DE 10 MINUTOS) ELEVANDO O PH DO DENTE A 12 APÓS 3 H DA APLICAÇÃO – CAIXA CONTENDO: PÓ 0,8 GR. NA COR BRANCA E LÍQUIDO 10 ML.	CAIXA	20
113	CIMENTO BIOCERAMICO REPARADOR; UTILIZADO COMO PROTEÇÃO PULPAR DIRETA E INDIRETA; PERFURAÇÃO RADICULAR; DENTES GRETADOS; PULPOTOMIA DE DENTE DÉCIDUO; ADEQUAÇÃO DO MEIO PARA DENTE DECÍDUOS E DENTES PERMANENTES; ADEQUAÇÃO DO MEIO PARA PACIENTES ESPECIAIS; PREENCHIMENTO DE CAVIDADES COM ESMALTE SEM SUPORTE DENTÁRIO EM DENTES POSTERIORES; PRESA RÁPIDA (INICIAL 05 MINUTOS), ELEVANDO O PH DO DENTE A 12 APÓS 3 H DA APLICAÇÃO, RESISTENCIA A COMPRESSÃO 40 MPA APÓS 24 H E 65 MPA APÓS 21 DIAS – CAIXA CONTENDO: PÓ 0,8 GR. NA COR CINZA E LÍQUIDO 10 ML.	CAIXA	80
114	CIMENTO BIOCERAMICO OBTURADOR (BASE E FORRAMENTO DE RESTAURAÇÕES); UTILIZADO COMO PROTEÇÃO PULPAR INDIRETA E DIRETA; DÉSSENSIBILIZANTE DENTINÁRIO; ADEQUAÇÃO DO MEIO PARA DENTES DECIDUOS E DENTES PERMANENTES; ADEQUAÇÃO DO MEIO PARA PACIENTES ESPECIAIS; PREENCHIMENTO DE CAVIDADES COM ESMALTE SEM SUPORTE DENTÁRIO PARA OS DENTES POSTERIORES E ANTERIORES; PRESA RÁPIDA (INICIAL 05 MINUTOS) ELEVANDO O PH DO DENTE A 12 APÓS 3H DA APLICAÇÃO, RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO 40 MPA APÓS 24H E 65 MPA APÓS 21 DIAS - CAIXA CONTENDO: PÓ 10 GR. NA COR GELO E LÍQUIDO 12 ML.	CAIXA	100
115	CLOREXIDINA A 0,12 % - ENXAGUATÓRIO BUCAL QUE AUXILIA NA ELIMINAÇÃO DOS GERMES CAUSADORES DE PLACA BACTERIANA, GENGIVITE E MAU HÁLITO. ANTISSEPTICO PARA OS MICROORGANISMOS GRAM POSITIVOS E NEGATIVOS E PARA ALGUMAS LEVEDURAS. SABOR MENTA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 01 LITRO, COM VÁLVULA TIPO PUMP, QUE FACILITA A DISPENSAÇÃO DO PRODUTO. FABRICANTE, LOTE, DATA DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO IMPRESSAS NO RÓTULO. REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS.	FRASCO	100
116	CONES ACESSÓRIOS PARA OBTURAÇÕES ENDODÔNTICAS À BASE DE GUTA PERCHA, ÓXIDO DE ZINCO E CORANTE ORGÂNICO COM CALIBRES DE 28 MM DE COMPRIMENTO; TAMANHO: M (MEDIUM) – CAIXA COM 120 PONTAS.	CAIXA	50
117	CONES ACESSÓRIOS PARA OBTURAÇÕES ENDODÔNTICAS À BASE DE GUTA PERCHA, ÓXIDO DE ZINCO E CORANTE ORGÂNICO COM CALIBRES DE 28 MM DE COMPRIMENTO. TAMANHO: FM (FINE MEDIUM) – CAIXA COM 120 PONTAS.	CAIXA	50
118	CONE DE GUTA PERCHA 1ª SÉRIE 15/40 - CAIXA COM 120 PONTAS	CAIXA	30
119	CONE DE GUTA PERCHA 2ª SÉRIE 45/80 - CAIXA COM 120 PONTAS.	CAIXA	30
120	CONES DE GUTTA PERCHA ACESSÓRIO, CONES DE GUTTA PERCHA PARA OBTURAÇÃO DE CANAL RADICULAR ACESSÓRIO, DE 28 MM “SORTIDO” - CAIXA COM 120 UNIDADES.	CAIXA	50
121	CONE DE PAPEL ABSORVENTE 1ª SÉRIE 15/40 - CAIXA COM 120 PONTAS.	CAIXA	30
122		CAIXA	30





	CONES DE PAPEL ABSORVENTES 2ª SERIE 45-80 – CAIXA COM 120 PONTAS.		
123	CREME DENTAL 50 GR. 1500 PPM DE FLÚOR COM TUBO DE PLÁSTICO, CARBONATO DE CÁLCIO, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, SILICATO DE SÓDIO, AROMA, SACARINA SÓDICA, METILPARABENO, CARBOXIMETIL CELULOSE, CONTÉM MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO MFD (1450 PPM DE FLÚOR) - CAIXA COM 01 TUBO DE 50 GR.	CAIXA	50.000
124	CUNHA DE MADEIRA COLORIDA – PACOTE CONTENDO 100 CUNHAS ANATOMICAS SORTIDAS.	PACOTE	30
125	CURATIVO ALVEOLAR COM PROPÓLIS – CAIXA COM UM FRASCO CONTENDO 10 GR.	CAIXA	30
126	DISCO DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL – CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES.	CAIXA	100
127	EDTA, TRISSÓDICO LÍQUIDO, PRODUTO UTILIZADO NO PREPARO DAS PAREDES DOS CANAIS RADICULARES PREVIAMENTE À OBTURAÇÃO - FRASCO CONTENDO 20 ML.	FRASCO	50
128	ENDO P.T.C. GEL LUBRIFICANTE HIDROLIZADO – FRASCO CONTENDO 25 GR.	FRASCO	20
129	EUGENOL LIQUIDO, MATERIAL RESTAURADOR PROVISÓRIO, INSOLÚVEL NA ÁGUA, SOLÚVEL NO ÁLCOOL, CLORO, ÉTER E EM ÓLEO. USADO COMO CURATIVO DE ESPERA PARA RESTAURAÇÕES. – FRASCO CONTENDO 20 ML.	FRASCO	70
130	ESCOVA DENTAL ADULTO, COM CERDAS DE NYLON MACIO, COM EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, POR UNIDADE INTEIRA – UNIDADE.	UNIDADE	50.000
131	ESCOVA DENTAL INFANTIL, COM CERDAS DE NYLON MACIO, COM EMBALAGEM PLÁSTICO TRANSPARENTE, POR UNIDADE INTEIRA – UNIDADE.	UNIDADE	50.000
132	ESCOVA PARA UNHAS, TAMANHO PEQUENO, PARA LIMPEZA DAS UNHAS E TAMBÉM ADEQUADAS PARA RETIRAR RESÍDUOS, COMPOSTA POR POLIPROPILENO E NYLON, CABO ANATÔMICO ANTI-DESLIZANTE.VALIDADE INDETERMINADA - UNIDADE.	UNIDADE	100
133	ESCOVA DE ROBSON, FORMATO DE PINCEL PARA CONTRA ÂNGULO DE COR BRANCA, CERDA PLANA – UNIDADE.	UNIDADE	500
134	ESPELHO CLÍNICO PLANO Nº 05 MIRROR, AUTOCLAVÁVEL, RESISTENTE A TEMPERATURA DE AUTOCLAVES, COM ISSO 9001 – UNIDADE.	UNIDADE	300
135	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADO (GELATINA) LIOFILIZADO, INDICADA DURANTE E APÓS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA OBTER HEMOSTASIA LOCAL. HEMOSPON 1 X 1 X 1 CM – EMBALADO EM BLISTER CONTENDO 10 UNIDADES CADA.	BLISTER	200
136	ESTOJO MÉDIO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM TAMPA PARA INSTRUMENTAL, TAMANHO: 28 X 14 X 06 CM – UNIDADE.	UNIDADE	60
137	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO PERIAPICAL, INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRA-ORAIS (3X4) -	CAIXA	15





	PROCESSAMENTO MANUAL OU AUTOMÁTICO, COMPATÍVEL COM TODOS OS APARELHOS DE RAIÓ-X DO MERCADO E EM QUALQUER QUÍMICO PADRÃO (REVELADOR/FIXADOR) MANUAL OU AUTOMÁTICO. EMBALAGEM EXTRA MACIA COM CANTOS ARREDONDADOS; PLÁSTICO EXTRA MACIO, RESISTENTE À SALIVA E DESINFECTÁVEL -CAIXA CONTENDO 150 PELÍCULAS; VALIDADE DE 2 ANOS DA FABRICAÇÃO.		
138	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL, INDICADO NAS TOMADAS RADIOGRÁFICAS PERIAPICAIAS E INTERPROXIMAIS EM CRIANÇAS. EXCELENTE QUALIDADE DE IMAGEM SEM SACRIFICAR A VELOCIDADE, UTILIZANDO 60 % MENOS RADIAÇÃO DO QUE OS FILMES DE ULTRA VELOCIDADES COM IMAGENS NÍTIDAS E QUALIDADE DE CONTRASTE - CAIXA CONTENDO 100 PELÍCULAS 22 MM X 35 MM; VALIDADE DE 2 ANOS DA FABRICAÇÃO.	CAIXA	05
139	FIO DENTAL ULTRAFINO, EM CAIXA ACOPLADORA COM REGISTRO NO M.S., FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE EM CADA UNIDADE, COMPOSIÇÃO: FIO DE POLIAMIDA, CERA MINERAL E AROMA - EMBALAGEM CONTENDO UM ROLO DE 25 MTS.	UNIDADE	50.000
140	FIO DE SUTURA DE SEDA 4.0 PRETO COM AGULHA TRIANGULAR DE 1.7 CM MR: 1/2. TAMANHO DO FIO 45 CM ESTERIL - CAIXA CONTENDO 24 ENVELOPES EMBALADOS SEPARADAMENTE. MARCAS SUGERIDAS: PROCARE - TECNO FIO - SHALON OU SIMILAR	CAIXA	100
141	FITA BANDA MATRIZ 05 DE AÇO INOX, SUPERFÍCIE UNIFORME, BORDAS QUE NÃO MACHUCA O PACIENTE, FLEXÍVEL PARA PROMOVER O CONTORNO PROXIMAL, DE FÁCIL REMOÇÃO SEM DANIFICAR A RESTAURAÇÃO. MEDIDA 05 X 0,05 X 500 MM - EMBALAGEM CONTENDO UM ROLO. MARCAS SUGERIDAS: MICRODONT - MAQUIRA - PREVEN OU SIMILAR	UNIDADE	150
142	FITA BANDA MATRIZ 07 DE AÇO INOX SUPERFÍCIE UNIFORME BORDAS QUE NÃO MACHUCA O PACIENTE, FLEXÍVEL PARA PROMOVER O CONTORNO PROXIMAL, DE FÁCIL REMOÇÃO SEM DANIFICAR A RESTAURAÇÃO. MEDIDA 07 X 0,05 X 500 MM - EMBALAGEM CONTENDO UM ROLO. MARCAS SUGERIDAS: MICRODONT - MAQUIRA - PREVEN OU SIMILAR	UNIDADE	100
143	FIXADOR PARA REVELAÇÃO DE RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA DESTINADO AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES DENTAIS INTRA-ORAIS; COMPOSIÇÃO: ÁGUA, TIOSSULFATO DE AMÔNIO E TIOCIANATO DE AMÔNIO; FORMA FÍSICA: LÍQUIDO; COR: INCOLOR - FRASCO CONTENDO 475 ML. <u>MESMA MARCA DO REVELADOR.</u> MARCAS SUGERIDAS: KODAK - INDUSBELLO - S.S.WHITE OU SIMILAR	FRASCO	20
144	FLÚOR GEL PARA APLICAÇÃO TÓPICA (ACIDULADO) PH 3,6 - 3,9; SABOR DE TUTTI FRUTTI - FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 200 ML.	FRASCO	50
145	FLÚOR TÓPICO GEL NEUTRO - FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 200 ML.	FRASCO	50
146	FORMOCRESOL - FRASCO CONTENDO 10 ML.	FRASCO	100
147	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. (PÓ), CAPEADOR PULPAR - FRASCO CONTENDO 10 GR.	FRASCO	100
148	HIDROXIDO DE CALCIO: IDEAL PARA CAPEAMENTO PULPAR E NO FORRAMENTO PROTETOR SOB MATERIAIS RESTAURADORES, CIMENTOS E OUTROS MATERIAIS DE BASE. ELE NÃO INIBE A POLIMERIZAÇÃO DE RESINAS RESTAURADORAS AUTOPOLIMERIZAVEIS E FOTOPOLIMERIZAVEIS. APRESENTA ALTA	CAIXA	50





	RESISTENCIA Á DE SOLUÇÃO PELO ACIDO FOSFORICO UTILIZADO NO CONDICIONAMENTO ÁCIDO DAS ESTRUTURAS DENTARIAS. EXCELENTE NÍVEIS DE AUSENCIA DE DOR PÓS OPERATORIO, RÁPIDO ENDURECIMENTO. PASTA BASE E PASTA CATALIZADORA; (HYDRO C) – CAIXA CONTENDO 02 TUBOS. MARCAS SUGERIDAS: MTA – BIODINAMICA - DENTSPLAY OU SIMILAR		
149	IODOFÓRMIO PÓ - FRASCO CONTENDO 10 GR.	FRASCO	30
150	IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR ATIVADO QUIMICAMENTE INDICADO PARA RESTAURAÇÃO EM DENTES DECÍDUO; RESTAURAÇÕES DE CLASSE III E V; RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE COROAS; REPAROS DE EROSÕES DA REGIÃO CERVICAL; ART. CARACTERÍSTICAS: BIOCMPATIBILIDADE; MATERIAL RESTAURADOR ESTÉTICO; MAIOR POTENCIAL DE FLUORETOS; DISPONIBILIDADE NA COR A2; EXCELENTE ADESIVIDADE AO ESMALTE DA DENTINA; LIBERAÇÃO DE FLUORETOS. CONTEÚDO: CAIXA CONTENDO 01 FRASCO DE PÓ COM 10 GR; 01 FRASCO DE LÍQUIDO COM 08 GR; 01 DOSADOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPATULAÇÃO. MARCA SUGERIDA: DFL, FGN, SS WHITE. OU SIMILAR	CAIXA	500
151	KIT ESTÉRIL PARA CIRURGIA, SÃO CONFECCIONADOS EM NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, CONSTITUINDO-SE COMO ELEMENTO BÁSICO DE MAIOR CONFIABILIDADE PARA CONFECCÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS DE PROTEÇÃO, POR SER ATÓXICO, ANTI-ALÉRGICO, PERMEÁVEL AO AR, NÃO INFLAMÁVEL E ESTERILIZÁVEL, PACOTE CONTENDO: 02 AVENTAIS MANGA LONGA, 01 CAMPO FENESTRADO 1,2 X 0,7M, 02 CAMPOS 0,7 X 0,7M, 01 CAMPO 1,5 X 0,5M, 01 PROTETOR DE REFLETOR, 02 PROTETORES DE CABOS, 02 TOALHAS ABSORVENTES, 02 MÁSCARAS TRÍPLAS, 02 TOUCAS SANFONADAS, 02 PARES DE PROPÉS.	PACOTE	150
152	KIT ENHANCE SORTIDO: SISTEMA DE ACABAMENTO DE COMPOSITOS DE ALTA PERFORMANCE. PONTAS DE SILICONE FLEXIVEIS, COM OXIDO DE ALUMINIO QUE NÃO PRODUZEM CALOR EXCESSIVO. SEM NECESSIDADE DE TROCA SUCESSIVA DE INSTRUMENTOS COMO OCORRE EM OUTROS SISTEMAS E QUE PROPORCIONA EXCELENTE LISURA E ALTO BRILHO DE MODO PRÁTICO E RAPIDO - CAIXA CONTENDO UM KIT COM 08 UNIDADES DE PONTAS SORTIDAS.	CAIXA	80
153	LÂMINA CIRÚRGICA PARA BISTURI Nº 15 C – AÇO CARBONO, ESTÉRIL, ATÓXICO E DESCARTÁVEL, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM PELÍCULA LAMINADA COM ABERTURA EM PÉTALA - CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES.	CAIXA	30
154	LENÇOL DE BORRACHA COR AZUL AROMATIZADO, TAMANHO 13 X 13 CM CADA - CAIXA CONTENDO 26 UNIDADES.	CAIXA	100
155	LUVA PLÁSTICA (SOBRE LUVA); LUVA TRANSPARENTE PLÁSTICA DESCARTÁVEL, AMBIDESTRA E ATOXICA. FORMA UMA BARREIRA FISICA ENTRE AS MÃOS DO USUÁRIO E O MEIO AMBIENTE, PROPORCIONANDO SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. CONFECCIONADA DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. PRODUTO DISPONIVEL EM TAMANHO ÚNICO, HIGIÊNICA - PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES E DE USO ÚNICO.	PACOTE	100
156	MACRO ESCOVA TAMANHO MÉDIO DE 30 CM – UNIDADE.	UNIDADE	12
157	MACRO MODELO DE ESCOVAÇÃO GIGANTE COM LÍNGUA, CONTENDO ARCADA SUPERIOR 10 ARCADA INFERIOR, LÍNGUA E ARTICULADOR METÁLICO FLEXÍVEL, QUE PERMITE POSICIONAR NA OCLUSÃO TIPO I, OCLUSÃO TIPO II, OCLUSÃO TIPO III E MORDIDA CRUZADA, IDEAL PARA TREINAMENTO DE ESCOVAÇÃO DENTÁRIA, DE LÍNGUA E USO DE FIO DENTAL, MEDIDAS 15 X 13 X 13 CM – CAIXA CONTENDO UMA UNIDADE.	CAIXA	12





158	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO SPRAY, COM PONTA ADAPTADORA PARA MODELO KAVO. COMPOSIÇÃO: ÓLEO MINERAL, SOLVENTE HIDROCARBONETOS, BUTIL HIDROXITOLUENO E BETANO COM PROPILENTE - FRASCO CONTENDO 100 ML/70 GR.	FRASCO	150
159	ÓXIDO DE ZINCO PÓ, MATERIAL RESTAURADOR PROVISÓRIO - FRASCO CONTENDO 50 GR.	FRASCO	50
160	PAPEL CARBONO ESPECIAL PARA ARTICULAÇÃO ,DUAS FACES PRETO E VERMELHO SUPER FINO E ELÁSTICO DE 12 A 21 MICRONS PARA USO EM REGISTRO OCLUSAL APÓS A REALIZAÇÃO DE RESTAURAÇÕES E PRÓTESES. EMBALAGEM CONTENDO: UM BLOCO DE 50 FOLHAS DE PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO. MARCAS SUGERIDAS:BIODINAMICA - ANGELUS - PREVEN OU SIMILAR	BLOCO	300
161	PAPEL TOALHA BRANCO COM DUAS UNIDADES 22 X 20 CM; COMPOSIÇÃO: PAPEL TOALHA MULTI-USO SUPER RESISTENTE COM FOLHA DÚPLA PICOTADA - EMBALADO EM PACOTE COM DOIS ROLOS; CADA ROLO DEVE CONTER 100 FOLHAS, EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO E FABRICANTE.	PACOTE	300
162	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO - FRASCO CONTENDO 20 ML.	FRASCO	60
163	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA USO ENDODÔNTICO COM PMCC.	UNIDADE	12
164	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA USO ENDODÔNTICO SEM PMCC.	UNIDADE	12
165	PASTA DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO DE GRANULAÇÃO EXTRA FINA, PARA USO DE PROFISSIONAIS DA ODONTOLOGIA; OFERECE UM EXCELENTE POLIMENTO E BRILHO EM RESINAS, COMPÓSITOS, ESMALTE DENTAL E OUTROS MATERIAIS RESTAURADORES; POSSUI SOLUBILIDADE EM ÁGUA, FACILITANDO A REMOÇÃO APÓS O POLIMENTO - PACOTE CONTENDO 01 SERINGA DE 2 GR E 03 PONTEIRAS.	PACOTE	120
166	PASTA PROFILÁTICA DENTAL COM FLÚOR - CAIXA CONTENDO UM TUBO DE 90 GRAMAS.	CAIXA	120
167	PEDRA POMES, PÓ FINO PARA ACABAMENTO, POLIMENTO E LIMPEZA ODONTOLÓGICA - FRASCO CONTENDO 100 GR.	FRASCO	50
168	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULAÇÃO, DE 10 MM POLIDA - UNIDADE.	UNIDADE	60
169	PONTA APLICADORA DE SELANTE, (MICROBUSH) APLICADOR DESCARTÁVEL ISENTO DE FIAPOS E NÃO ABSORVENTE, POSSUI HASTE DOBRÁVEL E PODE-SE APLICAR QUANTIDADE TÃO PEQUENA QUANTO 1/8 DE UMA GOTA - EMBALAGEM CONTENDO APROXIMADAMENTE 100 UNIDADES.	EMBALAGEM	150
170	PORTA ALGODÃO E PORTA RESÍDUO, DE PLÁSTICO BRANCO - CAIXA CONTENDO AS DUAS UNIDADES.	CAIXA	20
171	POTE DE DAPPEN DE PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	100
172	POTE DE DAPPEN DE VIDRO AUTOCLAVÁVEL - UNIDADE.	UNIDADE	50
173	PRENDEDOR DE GUARDANAPO TIPO JACARÉ EM CORRENTE CROMADA, UTILIZADO PARA PRENDER BABADORES E GUARDANAPOS NO PACIENTE, CORRENTE COM ELOS TRANÇADOS, MEDINDO 45 CM, PRODUZIDO EM METAL - UNIDADE.	UNIDADE	50
174	RÉGUA CALIBRADORA/MILIMETRADA PARA ENDODONTIA -	UNIDADE	20





	UNIDADE.		
175	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR - COR A1. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
176	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR - COR A2. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	150
177	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR. - COR A3. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
178	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA), BISNAGA DE 4 GR. - COR A3,5. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
179	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO (0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR. - COR A 4. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
180	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO (0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA) – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 04 GR - COR B1. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
181	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR - COR B2. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100
182	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR. – COR OA2. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER ou SIMILAR.	CAIXA	150
183	RESINA MICRO-HIBRIDA A BASE DE MICROGLASS, RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM LIBERAÇÃO DE FLUORETOS, DE ALTO BRILHO, INDICADA PARA RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. COMPOSTA DE VIDRO BÁRIO 0.7 MICRONS E PARTÍCULAS NANOMÉTRICAS DE ZIRCÔNIA – CAIXA CONTENDO UMA BISNAGA DE 4 GR – COR OA3. MARCAS SUGERIDAS: CHARISMA – 3M – KEER OU SIMILAR	CAIXA	100





184	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE BAIXA VISCOSIDADE INDICADO PARA RESTAURAÇÃO DENTÁRIA PARA O ESMALTE COM HIPOPLASIAS, FLUOROSE, LESÕES DE EROÇÃO E ABRASÃO OU PIGMENTADO. RESTAURAÇÕES CLASSES III E V. SELAMENTO DE FÓSSULAS E FISSURAS. REPARO DE RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA E PORCELANA. PREENCHIMENTO DE ÁREAS SOCAVADAS EM RESTAURAÇÕES CLASSE II. BASE OU FORRAMENTO. PARA RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS, COR A2. MARCAS SUGERIDAS:ULTRADENT - FGM OU SIMILAR	CAIXA	100
185	RESINA EM BULK DE BAIXA CONCENTRAÇÃO, FLOW, RADIOPACA, DE BAIXA VISCOSIDADE E FOTOPOLIMERIZÁVEL. MAIS TRANSLÚCIDA, PERMITINDO UMA PROFUNDIDADE DE POLIMERIZAÇÃO DE ATÉ 4 MM. MATRIZ ORGÂNICA COMPOSTA DE BISGMA, PROCRILATO, BIS-EMA E UDMA, COR A2 – PACOTE CONTENDO UMA SERINGA COM 02 GRAMAS.	PACOTE	100
186	RESINA EM BULK DE BAIXA CONCENTRAÇÃO, FLOW, RADIOPACA, DE BAIXA VISCOSIDADE E FOTOPOLIMERIZÁVEL; MAIS TRANSLÚCIDA, PERMITINDO UMA PROFUNDIDADE DE POLIMERIZAÇÃO DE ATÉ 4 MM; MATRIZ ORGÂNICA COMPOSTA DE BISGMA, PROCRILATO, BIS-EMA E UDMA, COR A3 – PACOTE CONTENDO UMA SERINGA COM 2 GRAMAS.	PACOTE	100
187	RESTAURADOR PROVISÓRIO PRONTO PARA USO. PROPORCIONA MELHOR ADESÃO À DENTINA; ENDURECE RAPIDAMENTE NA CAVIDADE E DILATA-SE LIGEIRAMENTE, PROPORCIONANDO UM SELAMENTO HERMÉTICO; PROPRIEDADES MECÂNICAS MELHORADAS; RESTAURAÇÃO TEMPORÁRIA MAIS DURADOURA. COR BRANCA – CAIXA CONTENDO UM POTE COM 25 GR.	CAIXA	60
188	REVELADOR PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLÓGICAS, COMPOSIÇÃO: SULFITO DE SÓDIO - FRASCO CONTENDO 475 ML. MESMA MARCA DO FIXADOR. MARCAS SUGERIDAS: KODAK- S.S.WHITE- INDUSBELLO OU SIMILAR	FRASCO	20
189	SACA BROCA GRANDE, DE PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL – UNIDADE.	UNIDADE	30
190	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 10 X 30 CM – PARA KIT DENTAL - PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	PACOTE	5000
191	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, FORMATO RETANGULAR, TIPO CHUP-CHUP, TAMANHO 04 CM X 23 CM – PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	PACOTE	800
192	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAMANHO 15 CM X 25 CM, PARA PORTA RESÍDUO – PACOTE CONTENDO 100 UNIDADES.	PACOTE	1000
193	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICA - FRASCO CONTENDO 10 ML.	FRASCO	50
194	SPRAY A BASE DE ÁGUA A -50°C; INDICADO PARA TESTE DE VITALIDADE NOS DENTES (ENDO), TEMPERATURA: -50°C – FRASCO CONTENDO 200 ML/100 GR.	FRASCO	50
195	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTÁVEL, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, EMBALAGEM ESTERILIZADA INDIVIDUALMENTE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NA ANVISA – UNIDADE.	UNIDADE	500
196	SUGADOR ENDODÔNTICO DESCARTÁVEL. ATÓXICO, COR SORTIDA COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE - PACOTE CONTENDO 20 UNIDADES.	PACOTE	500
197	SUGADOR PLÁSTICO DESCARTÁVEL ATÓXICO DE COR SORTIDA, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE - PACOTE CONTENDO 40 UNIDADES.	PACOTE	1.000
198	SUSPENSÃO OTOLÓGICA – HIDROCORTISONA 10 MG/ML + SULFATO	CAIXA	10





	DE NEOMICINA 05 MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML - CAIXA CONTENDO UM FRASCO GOTEJADOR COM 10 ML.		
199	TAÇA DE BORRACHA MACIA PARA PROFILAXIA – UNIDADE.	UNIDADE	1500
200	TAMBOREL PLÁSTICO PARA ENDODONTIA, INDICADO PARA SUPORTE E APOIO DE LIMAS, AUTOCLAVÁVEL – UNIDADE.	UNIDADE	30
201	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO DE RESINAS ODONTOLÓGICAS, COMPOSTA POR ABRASIVO À BASE DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO DISPERSO EM RESINA E DORSO DE POLIÉSTER. GRANULAÇÃO GROSSA E MÉDIA, SEPARADAS POR UM CENTRO NEUTRO. RESISTÊNCIA COMPATÍVEL AO USO, ATÓXICA, INODORA E INSÍPIDA, MEDINDO 2,5 MM A 3,5 MM DE LARGURA E 170 MM DE COMPRIMENTO - CAIXA CONTENDO 150 UNIDADES. MARCAS SUGERIDAS: TDV – INDUSBELLO – 3 M OU SIMILAR	CAIXA	300
202	TIRA DE LIXA DE AÇO INOX. DE 04 MM – PACOTE CONTENDO 12 UNIDADES.	PACOTE	400
203	TIRA DE POLIÉSTER PARA RESINA – PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES.	PACOTE	300
204	TRICRESOL FORMALINA – FRASCO CONTENDO 10 ML.	FRASCO	50
205	VASILHA DE PLÁSTICO RESISTENTE TRANSPARENTE RETANGULAR, COM TAMPA DE COR BRANCA; PARA USO ODONTOLÓGICO, TAMANHO: 25 X 40 X 10 CM - UNIDADE.	UNIDADE	60
206	VERNIZ DE FLÚOR PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO INCIPIENTES DE CÁRIE E OUTRAS DESMINERALIZAÇÕES NO ESMALTE. VERNIZ DE FLUORETO DE SÓDIO (NAF 5%); ALTA CONCENTRAÇÃO DE FLÚOR, 22.600 PPM DE FLÚOR EM UMA BASE DE RESINA; NÃO REQUER O USO DE MOLDEIRAS E SUA APLICAÇÃO (DIRETA EM CONSULTÓRIO) É FÁCIL E RÁPIDA; ADERE AOS DENTES E SOLIDIFICA-SE RAPIDAMENTE EM CONTATO COM A SALIVA, RESULTANDO EM MAIOR CONFORTO PARA O PACIENTE; PERMITE UM CONTROLE VISUAL DURANTE A APLICAÇÃO – CAIXA CONTENDO 02 FRASCOS: 01 FRASCO COM 10 ML DE VERNIZ E 01 FRASCO COM 10 ML DE SOLVENTE.	CAIXA	50

1.3. DAS MARCAS REFERENCIAS .

O presente Termo de Referência visa estabelecer as diretrizes para a contratação de material e instrumentos odontológicos pela Administração Pública. Nesse contexto, destacamos a importância da padronização do objeto e sua compatibilidade com marcas e plataformas já adotadas pelo Município de Pouso Alegre, conforme itens 05/10/11/12/13/14/18/105,106,107,108 / 109 / 111 / 140/141/ 142 / 143 /148/ 150 /160/ 175 /176/ 177/ 178 / 179 / 180 / 181 / 182 / 183 / 184/188/201 , descritos no item 1.2, uma vez que a padronização do objeto é fundamental para garantir a uniformidade, qualidade e eficiência nas aquisições públicas, e ao adotar os padrões específicos nos materiais e instrumentos odontológicos, evitamos divergências, facilitando a gestão e promovendo a economia de recursos. Nesse sentido, ao atender as marcas referenciadas, a padronização também contribuirá para a interoperabilidade entre sistemas e equipamentos, permitindo uma integração mais eficiente e reduzindo custos operações, atendendo assim o que dispõe no art. 41, inciso I, alínea a e b, da Lei nº 14.133/21.

2. DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o art. 84 caput da Lei 14.133/21 e art. 22 do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.2. O eventual contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 12 (doze) meses, contado de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

2.3. A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 20 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Compra.



2.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 07 (sete) dias corridos do recebimento da comunicação.

2.5. A fornecedora deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 24 (vinte e quatro) horas à data prevista, os motivos que impeçam a realização da entrega dos produtos nas condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

3. LOCAL DE ENTREGA

3.1. Os objetos deverão ser entregues, conforme a ordem de empenho no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Lucy Vasconcelos Teixeira, nº 100- Bairro Mirante do Paraíso, Pouso Alegre/MG, no horário das 8h às 15h30 min.

3.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao fornecedor efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas correspondentes à execução da presente Ata correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
601	MANTER O ÓRGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE.	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0122.0002.2102.333 9030000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO
653	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0301.0002.2157.333 9030000000000000.15000001002	MATERIAL DE CONSUMO
1290	GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO ESTADUAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.333 9030000000000000.16210000000	MATERIAL DE CONSUMO
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO FEDERAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.333 9030000000000000.16000000000	MATERIAL DE CONSUMO

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A compra de materiais e instrumentos odontológicos é uma medida estratégica para aprimorar a saúde bucal da população atendida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pouso Alegre-MG, uma vez que a aquisição regular de materiais e instrumentos odontológicos é essencial para manter a qualidade dos serviços prestados, pois são materiais que são utilizados em procedimentos como: restaurações, exodontias, profilaxia, radiografias entre outros. Nesse sentido, a renovação periódica desses recursos é necessária para garantir a segurança dos pacientes e a eficácia dos tratamentos, além disso, a falta de materiais e instrumentos odontológicos pode comprometer o atendimento e causar transtornos a pacientes, e com o aumento da demanda por serviços odontológicos, é crucial manter os estoques abastecidos.

A necessidade da contratação visa produzir um serviço com mais eficiência e eficácia no município, na parte de odontologia, à pacientes atendido pelo SUS, sendo a aquisição dos produtos necessária uma vez que no curso do tempo os instrumentos e materiais odontológicos apresentam desgaste significativo e necessitam serem trocados, beneficiando e atendendo a comunidade local.

Nesse sentido, busca-se a contratação de instrumentos e materiais odontológicos para a continuidade nos atendimentos das Unidades Básicas de Saúde do Município de Pouso Alegre-MG, tornando-se imprescindível para a continuidade da prestação de serviços de saúde bucal.



6. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

Justamente por ser dedicado à aquisição de bens e serviços comuns, o pregão possui rito simplificado para a licitação e, historicamente, sob a perspectiva estatística, é a modalidade mais utilizada no Brasil.

A definição de bens e serviços comuns está prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021:

“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado” (repetiu-se a definição que é dada pela Lei nº 10.520/2002, Lei do Pregão).

O sistema de registro de preços está explicitado no art. 82 da Lei n. 14.133/2021. Da análise dos decretos regulamentadores do registro de preços, Decreto Federal nº. 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 5.773/2023, bem como das doutrinas mais abalizadas acerca do tema, depreende-se do art. 3º do decreto que o sistema de registro de preços é cabível nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A realização deste procedimento licitatório na forma registro de preços com o objetivo de formalizar Ata de Registro de Preços, para que não seja necessário realizar-se outro processo licitatório para contratação deste material e/ou serviço.

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de materiais e/ou serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir à necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens.

Os incisos mencionados se enquadram no caso em tela uma vez que a utilização de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO** faz-se necessário pela necessidade de suprir aos atendimentos da população do município que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), através dos atendimentos.

Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

6.1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando buscar o menor valor e a maior competitividade, nos termos da súmula 247 do TCU.

6.2- ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO.



Inobstante o previsto no art. 6º, XXIII, i, da Lei nº 14.1333/2021, as estimativas do valor da contratação serão tratadas diretamente no instrumento convocatório, uma vez que o Termo de Referência é documento preexistente à elaboração da pesquisa de preços (cf. Decreto Municipal nº 5798/2024).

7. DAS AMOSTRAS

7.1. . A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, sob pena de desclassificação, catálogos, folder, fichas técnicas e informações complementares dos produtos, logo depois de encerrada a fase de lances, e anteriormente à fase de habilitação, via sistema eletrônico, contendo todas as informações deste, para ser avaliada pelos servidores indicados pela Secretaria requisitante, visando analisar a compatibilidade com as especificações técnicas do Termo de Referência e demais normas aplicáveis, caso não seja suficiente será solicitado a apresentação de amostra física do produto.

7.2 As proponentes licitantes classificadas em primeiro lugar que apresentarem a proposta com as “marcas sugeridas” e , fichas técnicas e informações complementares dos produtos ,em consonância com o artigo 41 da lei federal nº 14.133 de 2021 para os itens 05/ 10 / 11 / 12 / 13/ 14 / 18/106 / 107 / 109 / 110 / 112/ 142 / 143 / 144 / 145 / 150 /152/162 /177 / 178 / 179 / 180 / 181 / 182 / 183 / 184 / 185 / 186 / 190 e 203 já serão APROVADAS, dispensando-se assim a necessidade do parecer técnico.

7.3. Das avaliações/análises acima mencionadas será emitido parecer ou constará que:

a) Aprovado

b) Reprovado

7.3.1 Caso necessário das amostras físicas de cada produto aprovado,será mantido em posse da Secretaria requisitante para aferição pela fiscalização da compatibilidade deste com os produtos efetivamente entregues.

7.4 DOS DEMAIS REQUISITOS A SEREM ENTREGUES JUNTAMENTE COM OS CATÁLOGOS

7.4.1. Autorização de Funcionamento (AFE), conforme a Lei nº 6.437 /1977.

7.4.2. A autorização de Funcionamento (AFE) solicitada acima deverá ser apresentada para os produtos tanto quanto do fornecedor e do distribuidor.

7.4.3 Para produtos enquadrados na classe I e II de acordo com a RESOLUÇÃO-RDC Nº. 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 estão isentos de Registro no Ministério da Saúde e deverá ser apresentada junto com as amostras a cópia do Certificado de Isenção ou cópia da publicação da isenção do Registro junto a ANVISA.

7.4.4 No caso de produtos importados, o proponente licitante classificado em 1º (primeiro) lugar, deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira, bem como laudo de análise do (s) lote (s) a ser fornecido (s) no Brasil; 10.11.5.5 Tais exigências na etapa de análise e julgamento das propostas convergem com o entendimento jurisprudencial (recente Acórdão nº 966/2022 – Plenário – TCU).

8. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens, rótulo com a identificação do produto, o número do registro no Ministério da Saúde, Número de Lote, Data.

8.2 Os produtos, no ato da entrega, deverão ter prazo de validade não inferior a 2/3 do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, validade menor somente será aceita com carta de comprometimento de troca ou o produto não será recebido. .

8.3. O Município não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao fornecedor efetuar as substituições necessárias em até 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação expedida pelo contratante, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

8.4. Os produtos podem ser adquiridos na sua totalidade ou parcialmente , conforme ordem de empenho (OC).





9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a DETENTORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa DETENTORA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da DETENTORA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.6.1. A execução da ATA deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais:

a) Fiscal Técnico: Elisabete Conceição D. R Guimarães Matrícula: 12.370-1

Suplente: Samantha Silgueiros Ramos - Matrícula: 7886-1

b) Fiscal Administrativo: Fernando César P. Galvão Matrícula: 6147-1

Suplente: Rayssa Yara Santos Salgado Matrícula: 23.154-1

c) Gestor da Ata: Márcio Américo Dias Matrícula: 7818-1

Suplente: Leandro Gonçalves Matrícula: 19.651-6

9.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a DETENTORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.10. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa DETENTORA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da DETENTORA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.11. A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



9.12. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.12.1. O fiscal técnico da Ata acompanhará a execução da Ata, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.12.2. O fiscal técnico da Ata anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.12.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.12.4. O fiscal técnico da Ata informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

9.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico da Ata comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término da Ata sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

9.13. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.13.1. Fiscal administrativo da Ata verificará a manutenção das condições de habilitação da DETENTORA acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratualizadas, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.14. GESTOR DA ATA

9.14.1. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

9.14.2. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

9.14.3. O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da DETENTORA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

9.14.4. O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

9.14.5. O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



9.14.6. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

9.14.7. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Notificar a DETENTORA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

10.2. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

10.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos funcionários da DETENTORA, em relação aos produtos, objeto deste Termo;

10.4. Efetuar os pagamentos devidos à DETENTORA nas condições estabelecidas;

10.5. Fiscalizar a execução da ATA, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da DETENTORA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

10.6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

11.1. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido neste Termo;

11.2. Entregar os produtos objeto desta ATA dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;

11.3. Executar a ATA responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

11.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

11.5. Fornecer materiais novos, satisfazendo rigorosamente as especificações constantes deste Termo, estar de acordo com as normas do ministério da saúde (ANVISA).

11.6. Cumprir os prazos previstos na Ata ou outros que venham a ser fixados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

11.7. Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.8. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada na Ata, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando ÓRGÃO GERENCIADOR de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da DETENTORA;

11.9. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.

11.10. A DETENTORA deverá informar na nota fiscal a *marca do produto* vencedor do certame, conforme mencionada na ata do pregão;

11.11. Fica estabelecida a aplicação das normas sanitárias vigentes nas esferas Federal, Estadual, e Municipal, no que se refere a qualidade, rotulagem, embalagem, conservação, transporte. Devendo a empresa DETENTORA respeitar a apresentação, a forma de transporte e conservar corretamente os produtos;

11.12. O Detentor /fornecedor é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.





11.13 Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O Município de Pouso Alegre- MG efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja regularização das mesmas.

12.2. Os prazos de que trata a clausula anterior poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.3 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo Detentor/fornecedor.

12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.6. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

12.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

12.8. A CONTRATANTE fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

12.9. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal nº 5.706/2023, da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

13.1.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- 13.1.6. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do Ata;
- 13.1.9. Fraudar Licitação;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.11. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.12. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. Advertência;
- 13.2.2. Multa;
- 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.3.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Ata licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 15% do valor da Ata licitada.
- 13.5. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 a multa será de 30% do valor da Ata licitada.
- 13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



13.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA GARANTIA

14.1. A DETENTORA deverá fornecer garantia dos produtos conforme legislação própria e, na ausência desta, aplicar-se-á a prevista no Código de Defesa do Consumidor e Código de Processo Civil.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

15.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observadas as seguintes normas, em conformidade com o artigo 15 da Lei 14.133/2021:

15.2. Deverá haver a comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

15.3. Deverá ser indicada qual a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

15.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

15.5. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;

15.5.1. Haverá um acréscimo 10% sobre o valor exigido para o licitante individual, não se aplicando aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

15.6. A empresa consorciada estará impedida de participar de mais de um consórcio ou de forma isolada na mesma licitação;





15.7. Os integrantes são responsáveis solidariamente pelos atos praticados tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;

15.8. Caso o licitante em consórcio seja o vencedor do certame, deverá promover, antes da celebração da ata/contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso firmado;

15.9. Poderá ser estabelecido limite máximo de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica;

15.10. Será permitida a substituição de consorciado, desde que expressamente autorizada pelo órgão contratante, estando a substituição condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16. REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se a conclusão que a melhor solução técnica e econômica para o Município seria: a aquisição por meio de processo licitatório para a efetiva compra de instrumentos e materiais odontológicos para suprir a demanda das unidades de saúde do município de Pouso Alegre-MG, tendo em vista que não foi possível adquirir no mercado orçamentos de empresas que atenderia as possíveis alternativas elencadas na letra A e C constante no item 6 deste estudo técnico preliminar.

18- ANÁLISE DE RISCO

Para realizar a análise de riscos para a aquisição de materiais odontológicos, é importante considerar uma variedade de fatores que podem impactar o processo de aquisição, desde a seleção do fornecedor até a entrega e uso final dos produtos, com o risco caracterizado, prosseguiu-se com a determinação do seu nível, utilizando a Matriz Probabilidade x Impacto, conforme recomendações do Manual de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União. A Matriz Probabilidade x Impacto relaciona a chance de o evento ocorrer e a dimensão da consequência da sua materialização no atingimento do objetivo. Nessa metodologia, o “impacto” é considerado como a variável preponderante, ou seja, o evento que compromete mais o atingimento do objetivo, mesmo que raro, tem uma significância maior do que o evento que ocorre frequentemente, mas que suas consequências são facilmente contornadas. O nível de risco é então determinado pelo número inscrito na célula da matriz que corresponde a probabilidade e ao impacto desse evento

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO SELEÇÃO DO FORNECEDOR GESTÃO DO CONTRATO



RISCO 01 – ESTIMATIVA DE PREÇO INADEQUADO	
PROBABILIDADE	() MUITO BAIXA MUITO ALTA (X) BAIXA () MÉDIA () ALTA ()
IMPACTO	() MUITO BAIXO MUITO ALTO () BAIXO () MÉDIO (X) ALTO ()
	DANO
1.	NÃO FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO
	AÇÃO PREVENTIVA
1.	UTILIZAR O BANCO DE PREÇOS PARA COTAÇÃO DO ITEM A SER CONTRATADO.
2.	REALIZAR COTAÇÃO DE PREÇO COM VÁRIOS FORNECEDORES.
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1.	REVISAR OS PREÇOS ENCONTRADOS
2.	REFERENCIAR COM CONTRATAÇÕES RECENTES COM OBJETO SIMILAR
3.	REALIZAR NOVA COTAÇÃO DE PREÇOS.
RISCO 02 – SELECIONAR FORNECEDOR INADEQUADO	
PROBABILIDADE	() MUITO BAIXA MUITO ALTA (X) BAIXA () MÉDIA () ALTA ()
IMPACTO	() MUITO BAIXO MUITO ALTO () BAIXO () MÉDIO (X) ALTO ()
	DANO
	CONTRATAR EMPRESA COM INCAPACIDADE TÉCNICA PARA FORNECIMENTO E CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA
1.	AÇÃO PREVENTIVA





	ESPECIFICAR NO TERMO DE REFERÊNCIA QUAIS SÃO AS EXIGÊNCIAS PARA QUE A EMPRESA TENHA CONDIÇÕES DE EXECUTAR A ATA DE FORMA A GARANTIR UM BOM FORNECIMENTO DE PRODUTOS.
1.	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA ANALISAR MINUCIOSAMENTE O VALOR APRESENTADO CONSIDERANDO TODAS AS FORMALIDADES E TODA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA.
2.	EXCLUIR EMPRESAS QUE NÃO ATENDAM OS QUESITOS MÍNIMOS EXIGIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Pouso Alegre/MG, 09 de Abril de 2024.

Rosaly Esther Vilas Boas Mattozo
Secretária Municipal de Saúde

13-10-1831

POUSO ALEGRE

19-10-1848





ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde** devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portadora da Cédula de Identidade RG nº. M, nomeada pela Portaria nº, de , publicada em, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº, de, publicado em, **nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 , do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 , do Decreto Municipal nº 5599/2023 de 13 de março de 2023 , do Decreto municipal nº 5773 de 07 de dezembro de 2023, e as demais normas legais correlatas; em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 28/2024, resolve REGISTRAR OS PREÇOS** para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**,, portador da Cédula de Identidade RG nº. e devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, respeitando os termos do Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

- 1.1. O objeto desta Ata é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS**, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG.
- 1.2. O valor total da Ata é de **R\$ xxx (xxxx)**, divididos conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:
- 1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso, de acordo com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Pouso Alegre não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em

48
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/07/2024 14:49:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/tp668422774bc25>
POR ROSALY ESTHER VILAS BOAS MATTOZO - (***) 041.736-***) EM 02/07/2024 14:49





igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES

5.1. A contratação com o prestador registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

5.2 A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

5.3 O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos art. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

5.5. O órgão convocará a prestadora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.6. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador e aceita pela Administração.

5.5. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.6. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

5.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CONSORCIADOS

6.1. Os termos da permissão de participação em consórcio dar-se-ão nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo II do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irredutíveis, assegurado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos e condições previstos no respectivo edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR e a DETENTORA deverão seguir as normas descritas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo II do edital.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO



9.1. O recebimento dos objetos assim como sua fiscalização deverá seguir o exigido no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento dar-se-á nos moldes descritos no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no Termo de Referência da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) constante do Anexo I do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

12.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:

12.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2 Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.1.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

12.2. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.1. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

12.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

12.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual;

12.5. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;

12.5.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.5.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir obrigações contidas na ata, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.6. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

12.7. O registro do licitante vencedor também será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

12.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.



12.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.7.4. Por razão de interesse público.

12.7.5. Sofrer a sanção prevista no art. 156, III e/ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.

12.8. Os cancelamentos de registros fundados nas hipóteses supracitadas serão formalizados por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

13.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 14.133/2021, subsidiariamente.

13.3. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.4. As despesas correspondentes à execução da ATA/contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
601	MANTER O ÓRGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE.	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0122.0002.2102.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO
653	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0301.0002.2157.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO
1290	GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO ESTADUAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1621000000 0	MATERIAL DE CONSUMO
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO FEDERAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1600000000 0	MATERIAL DE CONSUMO

Pouso Alegre, xx de xxxxx de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



DETENTORA

ANEXO III
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx /2024

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG
CONTRATADA:

Aos.....dias do mês de do ano de 2023 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na rua carijós, nº45.,Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 18.675.983/0001-21 neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde** devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n..... de....., publicada em; denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo **Sr.** portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 28/2024**, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A **CONTRATADA** somente prestará os serviços por meio de ordem de serviço emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas correspondentes à execução da ATA/contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

FICHA	RECURSO	ORIGEM	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
601	MANTER O ÓRGÃO GESTOR E DIVERSOS SETORES DA SAÚDE.	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0122.0002.2102.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO
653	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO PRÓPRIO	02.011.000.0010.0301.0002.2157.3 339030000000000000.1500000100 2	MATERIAL DE CONSUMO
1290	GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENCAO PRIMARIA	RECURSO ESTADUAL	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1621000000 0	MATERIAL DE CONSUMO
1269	GARANTIR ACESSO DA POPULACAO A ATENCAO	RECURSO	02.011.000.0010.0302.0003.2103.3 339030000000000000.1600000000	MATERIAL DE CONSUMO





	PRIMARIA	FEDERAL	0	
--	----------	---------	---	--

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 O Contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano, contado de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado, nos moldes dos artigos 106 e 107 da referida lei.

3.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer em até 20 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Compra.

3.3. Comunicar imediatamente ao Fornecedor registrando quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 07 (sete) dias corridos do recebimento da comunicação.

3.4. A fornecedora deverá informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 24 (vinte e quatro) horas à data prevista, os motivos que impeçam a realização da entrega dos produtos nas condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas e as demais legais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O valor do presente Contrato é de **R\$ XXXXX(XXXXX)**, conforme proposta apresentada e tabela abaixo:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O Município de Pouso Alegre- MG efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que haja regularização das mesmas.

5.2. Os prazos de que trata a clausula anterior poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo Detentor/fornecedor.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.6. O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

5.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

5.8. A CONTRATANTE fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.





5.9. A todas as partes, deverão ser observadas as disposições do Decreto Municipal nº 5.706/2023, da Lei Federal nº 9.430/1996, da Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, da Instrução Normativa da RFB nº 2.145/2023, e eventuais posteriores alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 21/06/2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

7.2. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.

7.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos produtos, objeto deste Termo;

7.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

7.5. Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

7.6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido neste Termo;

8.2. Entregar os produtos objeto deste contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;

8.3. Executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

8.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

8.5. Fornecer materiais novos, satisfazendo rigorosamente as especificações constantes deste Termo, estar de acordo com as normas do ministério da saúde (ANVISA).



- 8.6. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo CONTRATANTE;
- 8.7. Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.8. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicado no contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- 8.9. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados.
- 8.10. A CONTRATADA deverá informar na nota fiscal a *marca do produto* vencedor do certame, conforme mencionada na ata do pregão;
- 8.11. Fica estabelecida a aplicação das normas sanitárias vigentes nas esferas Federal, Estadual, e Municipal, no que se refere a qualidade, rotulagem, embalagem, conservação, transporte. Devendo a empresa CONTRATADA respeitar a apresentação, a forma de transporte e conservar corretamente os produtos;
- 8.12. O fornecedor é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 8.13. Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE, podendo-se comprovar por meio de indicação dos empregados e das condições de sua contratação e das funções desempenhadas.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado ou não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.3. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.4. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
- 9.1.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.6. Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do Ata;
- 9.1.9. Fraudar Licitação;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.11. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.12. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



- 9.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 5% incidente sobre o valor do Ato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.5. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% do valor do Ato licitado
- 9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 a multa será de 15% do valor da Ato licitado.
- 9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.





9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis conforme estabelece o art. 158. §1º da lei 14.133/2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido;

10.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.3.3. Indenizações e multas.

10.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decretos municipais, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e demais legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

14.1 O contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, 1º de Abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.6.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes fiscais:

a) Fiscal Técnico: Elisabete Conceição D. R Guimarães Matrícula: 12.370-1

Suplente: Samantha Silgueiros Ramos - Matrícula: 7886-1

b) Fiscal Administrativo: Fernando César P. Galvão Matrícula: 6147-1

Suplente: Rayssa Yara Santos Salgado Matrícula: 23.154-1

c) Gestor da Ata: Márcio Américo Dias Matrícula: 7818-1

Suplente: Leandro Gonçalves Matrícula: 19.651-6

14.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

14.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a DETENTORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



14.10. Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa DETENTORA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da DETENTORA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.11. A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) da Ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.12. Fiscalização Técnica

14.12.1. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

14.12.2. O fiscal técnico da Ata anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

14.12.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

14.12.4. O fiscal técnico da Ata informará ao gestor da Ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

14.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ata nas datas aprezadas, o fiscal técnico da Ata comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). 6.7.5. O fiscal técnico da Ata comunicará ao gestor da Ata, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação da Ata (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

14.13. Fiscalização Administrativa

14.13.1. O fiscal administrativo da Ata verificará a manutenção das condições de habilitação da detentora, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

14.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações da ata, o fiscal administrativo da Ata atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

14.14. Gestor da Ata

14.14.1. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

14.14.2. O gestor da Ata acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

14.14.3. O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

14.14.4. O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo detentor, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



14.14.5. O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

14.14.6. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

14.14.7. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

15.1. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DIREITO DAS PARTES

16.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.1333, de 01/04/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A Contratada não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

17.2. Não poderá, ainda, subcontratar, total ou parcialmente, o objeto central do contrato, inclusive dos itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes. Para os demais serviços a subcontratação será admitida quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação do fiscal do contrato.

17.3. As subcontratações, caso autorizadas pelo Contratante, deverão se dar preferencialmente, junto às empresas que se enquadrem na condição de ME/EPP, conforme dispõe a Lei Complementar 123/2006 e o art. 4º da Lei nº 14.133/21.

17.4. Na ausência de empresas nessas condições - ME/EPP, a subcontratação poderá se dar de forma ampla.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

18.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Pouso Alegre/MG, de xxxxxx de 2024.

**CONTRATADA
CONTRATANTE**